

**ARGENTINA E BRASIL: POSSIBILIDADES E OBSTÁCULOS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO TERRITORIAL**

Arroyo, Mônica e Zusman, Perla (Organizadoras)

Adriano Botelho\*

Em 1985, em pleno processo de redemocratização do Brasil e da Argentina, foi fundada a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Materiais Nucleares, única organização binacional de salvaguardas nucleares existente no mundo e pedra angular na construção da confiança entre as duas sociedades. Os dois países são, desde 1991, sócios no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e motores da integração sul-americana através da UNASUL. Desde 1997, são formalmente considerados aliados estratégicos. A agenda bilateral inclui cooperação em setores estratégicos, como nuclear, espacial, aeronáutico, militar, energia, saúde, entre outros presentes no Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina (MICBA), instituído em 2007. A coordenação entre os dois Estados se materializa em posições comuns em diversos foros multilaterais, como o G-20 financeiro. O fluxo comercial entre os dois países adquiriu, na última década, importante densidade, ampliando, ano a ano, a corrente de comércio bilateral. Os investimentos realizados por empresas brasileiras no país vizinho e de empresas argentinas no Brasil são, igualmente, crescentes. Também não se pode deixar de mencionar o importante fluxo de turistas em ambas as direções, com as conseqüências positivas de maior conhecimento mútuo. Entretanto, os processos de integração bilateral e regional

ainda possuem um longo caminho a percorrer: a circulação do capital ainda é mais fluída que a de pessoas, as comunidades fronteiriças ainda enfrentam entraves burocráticos para sua efetiva integração, a cooperação técnico-científica ainda não teve suas potencialidades devidamente desenvolvidas, o intercâmbio de estudantes ainda é incipiente, a língua é considerada uma barreira na comunicação para boa parte dos brasileiros e argentinos (apesar de iniciativas de ensino de português e espanhol possuir legislação instituindo sua obrigatoriedade em ambos os países), o uso de moedas locais no comércio brasileiro-argentino ainda é limitado, e apesar dos 20 anos do MERCOSUL, sua existência é questionada de tempos em tempos por setores das sociedades de seus Estados-membros.

Em certa medida, o processo de integração é mais rápido e dinâmico se comparado com a capacidade de resposta estatal. Entraves burocráticos, antigas desconfianças das elites, disputa por nichos de mercado pelos empresários, são alguns elementos que dificultam um efetivo processo de integração territorial, configurando uma diferença de ritmos entre os movimentos sócio-econômicos (mais acelerados) e a política e as instituições – diferença de ritmos que pode ser comparada, em uma linguagem marxista, às contradições entre as

---

\* Email: abotelho@usp.br

transformações no modo de produção e as relações de produção. A integração brasileiro-argentina pode ser vista, segundo Russel & Tolkatian (2010), como inevitável (em uma visão negativa e pessimista) ou como indispensável (visão positiva e otimista). O maior conhecimento mútuo entre brasileiros e argentinos é fator essencial para que essa integração seja mais indispensável que inevitável, dirigindo o processo para a construção de sociedades mais igualitárias e para a produção de um espaço menos segregador. Dessa forma, nas palavras de Sorj & Fausto (2011, p. 14):

Um dos objetivos da integração é permitir que a expansão criada pela dinâmica econômica seja direcionada para dentro de um projeto político comum que reforce as dimensões virtuosas e de cooperação, diminuindo eventuais tensões associadas com a presença cada vez maior de atores externos nas economias nacionais.

A Universidade pode, sem dúvida, contribuir para reforçar essas dimensões virtuosas, através da produção acadêmica, do intercâmbio de profissionais e de experiências, realização de seminários para difusão de pesquisas etc. Seria, em uma analogia com a idéia exposta por Perla Zusman em seu artigo na obra aqui resenhada, o caminho para a criação de uma "cosmovisão comum" da intelectualidade brasileiro-argentina como ferramenta de um projeto político, nesse caso, o integracionismo solidário entre as duas sociedades. Algumas obras inserem-se nessa tradição de busca de conhecimento mútuo, como "Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada" de Fausto & Devoto,

"Brasil, Argentina e Estados Unidos", de Moniz Bandeira, "Argentina y Brasil: de rivales a aliados", de Mario Rapaport e Eduardo Madrid, entre outras, em uma tradição historiográfica e ligada ao campo das relações internacionais.

Nesse contexto, a iniciativa da obra "Argentina e Brasil: Possibilidades e Obstáculos no Processo de Integração Territorial", fruto de cooperação e intercâmbio entre o Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e o Instituto de Geografia da Universidade de Buenos Aires, é mais do que bem vinda e foi pensada como ferramenta para o intercâmbio de idéias e divulgação de trabalhos realizados por acadêmicos dos dois países, particularmente no âmbito da geografia. Composto por dez artigos, divididos em três partes, o livro analisa importantes aspectos da relação bilateral, regional e das dinâmicas sócio-econômico-espaciais de ambas as sociedades. Seu objetivo, segundo suas organizadoras, é o de analisar "algumas das transformações territoriais acontecidas na Argentina e no Brasil na década de 1990, com o objetivo de avaliar as possibilidades e obstáculos que se oferecem para construir uma integração que contemple o interesse do conjunto da população, sobretudo daqueles menos favorecidos pelo processo" (Arroyo & Zusman, 2010, p. 9).

A primeira parte, "Processos de integração regional e território", tem como eixo as relações dos dois países com seu entorno regional, trabalhando particularmente a inserção de ambos os países nos distintos tipos de projetos de cooperação econômica, política e cultural existentes no continente. O primeiro artigo "Panamericanismo y visión de la naturaleza. El viaje de Teodoro Roosevelt a Argentina (1913)", de Perla Zusman, analisa a relação entre "intelectualidade e política" através do

caso da visita do ex-Presidente dos Estados Unidos, T. Roosevelt, à Argentina em 1913. A viagem de Roosevelt insere-se na política do pan-americanismo norte-americano de início de século XX, com o objetivo de aproximar as elites austrais de seu projeto de hegemonia regional. O ponto de contato foi, no caso analisado por Zusman, a ideologia do conservacionismo, utilizada como substrato para a aproximação de posições comuns de ambas as elites, tendo como eixo uma concepção de natureza como elemento nacionalizador e civilizador. O artigo de André Martin, "Sopa de letrinhas: ALBA, ALCA, MERCOSUL, UNASUL, CAN...Para onde vai a integração latino-americana?", analisa as diferentes iniciativas de integração e a distintas arquiteturas institucionais regionais sob o prisma tanto das relações entre si dos países latino-americanos como de duas relações com os Estados Unidos. Para o autor, a histórica instabilidade da integração latino-americana seria resultado de sua dependência excessiva da diplomacia presidencial, e, portanto "das mudanças de humor da política interna dos diversos países". Tal fato indicaria uma maior necessidade de institucionalização do processo integracionista, algo que vem sendo construído desde a década de 1990, inicialmente com o MERCOSUL e, mais recentemente, com a UNASUL, tendo em conta, de maneira positiva, a crescente representatividade dos governos sul-americanos em suas sociedades, o que conferiria maior legitimidade à iniciativa. Não obstante, a diversidade ideológica, política e econômica entre os distintos países membros desses agrupamentos é fator que dificulta uma aceleração nos ritmos de integração. Disputas de hegemonia regional entre projetos concorrentes seriam, portanto, inevitáveis nesse contexto. O papel dos Estados Unidos, por sua vez, apesar de seu

relativo distanciamento da política sul-americana a partir de setembro de 2001, não pode ser descartado, segundo Martin. No contexto de celebração dos 20 anos do MERCOSUL, o artigo de Mônica Arroyo, "MERCOSUL: redefinição do pacto territorial vinte anos depois", convida a uma reflexão inicial sobre o conceito de região, tão caro à geografia, inserindo-o na dimensão internacional. Segundo a autora, "um processo de integração regional/territorial não se reduz a um acordo de livre comércio ou a uma união alfandegária, nem se limita a estreitar laços econômicos e políticos entre países vizinhos. Pode alcançar, embora parcialmente, esses objetivos, mas também pode ir além, contribuindo para aproximar populações, aprofundar o conhecimento mútuo, eliminar preconceitos, adensar a teia de relações horizontais pré-existentes" (p. 61). A história do MERCOSUL pode ser caracterizada em dois períodos: de 1991 a 2002 (ênfase no comércio) e 2003 até hoje (crítica ao neoliberalismo e redefinição dos pactos territoriais). São justamente os governos progressistas da América do Sul, que chegam ao poder na última década, os que ampliam e aprofundam o projeto integracionista, gestado em um contexto de hegemonia neoliberal da década de 1990. A densidade no processo de integração se dá pelo movimento do capital, materializado em investimentos cruzados e no surgimento das "multilatinas", caracterizando novas formas de disputas de comando do território. As decisões políticas, muitas vezes, são tomadas com relativo atraso com relação aos fluxos econômicos e financeiros, e, em alguns casos, buscam frear esse processo. A participação da sociedade civil é, dessa forma, elemento essencial na busca de uma integração regional mais horizontal, direcionando (por que não?) a lógica do capital para a construção de um território

mais equilibrado e de uma sociedade mais generosa e solidária.

Os dois artigos que compõem a segunda parte, "Territorio y poder en la globalización. Disputa por la tierra en el nordeste de Misiones, Argentina", de Mabel Manzonal e Mariana Arzeno, e "Território e globalização: impactos em Rondônia, Amazônia Meridional", de Ricardo Gilson da Costa e Silva, têm como ponto comum os impactos da inserção de partes do território nacional à lógica de acumulação capitalista de maior escala, integrando espaços predominantemente agrários aos fluxos globais de produção e extração da mais-valia, não isentos de conflitos em torno da posse da terra, envolvendo grandes empresas, pequenos produtores e o Estado, bem como de consideráveis impactos ambientais. Nesse processo, a modernização implica expulsão, desterritorialização, migração e reterritorialização de populações tradicionais e uma exploração predatória da natureza, segundo se pode concluir a partir do relato dos autores dos artigos acima citados. Estaríamos observando, dessa forma, uma dinâmica de articulação do grande capital com a expansão da produção agropecuária no território dos dois países, em direção às suas áreas de fronteira (que não são desprovidas de população e de atividades econômicas), implicando um processo de modernização e de urbanização das áreas em questão, com todas as contradições decorrentes.

A terceira parte tem como eixo temático aspectos da urbanização e do urbano em ambos os países. O artigo de Sandra Lencioni, "Metamorfose metropolitana: dispersão espacial e fragmentação do urbano em Buenos Aires e São Paulo", tem o mérito de atualizar, para as duas maiores metrópoles da América do Sul, as relações entre a dinâmica do urbano com o capital em sua fase financeirizada, em

um contexto em que a valorização imobiliária adquire centralidade na acumulação do capital. Retomando a idéia lefebvriana da importância da produção do espaço para a reprodução capitalista a partir da segunda metade do século XX, a autora analisa a recente expansão do tecido metropolitano paulistano e portenho, com seu correlato e inseparável processo de fragmentação/segregação sócio-espacial, sob a hegemonia do capital financeiro. Como consequência de sua análise, Lencioni questiona qual seria o papel das duas metrópoles para a integração regional, quando se tanto fala em redes de cidades (ou cidades em redes?) e se concede importante status para as metrópoles globais, não só nos campos econômico e político, mas também no cultural. Já o artigo "Pensando a urbanização na América Latina durante as décadas de 1960-1970 a partir da contribuição do geógrafo Milton Santos", de Flavia Grim, realiza competente síntese das idéias desenvolvidas por Milton Santos sobre a urbanização dos países pobres (ou em desenvolvimento, ou emergentes...), relacionando-as, particularmente, para o caso latino-americano, onde, até hoje, conceitos como "os dois circuitos da economia urbana" e de "urbanização corporativa" são fundamentais para o efetivo conhecimento de suas sociedades e de suas contradições. A idéia de "duplo circuito" no urbano insere-se na crítica mais ampla à razão dualista (que é mais forte e atual do que geralmente reconhecemos), à qual pode ser somada a contribuição de Francisco de Oliveira (2003). Os três últimos artigos do livro, "Riesgo, vulnerabilidad social y construcción de indicadores. Aplicaciones para Argentina", de Claudia Natenzon e Silvia González, "El papel de la técnica en la producción de espacio de riesgo de desastres desigual: las urbanizaciones cerradas sobre rellenos em los

bañados de município de Tigre (Argentina), de Diego Rios, e "Trasformaciones socio-ambientales y riesgo hídrico: exploraciones em torno al Valle de rio Paraná medio (Argentina)", de Hortênsia Castro, Carolina Schmidt e Maria Laura Visintini, têm como linha comum a questão do risco e da vulnerabilidade, indicando que tais variáveis são antes de tudo construções sócio-econômicas, e não frutos de incontroláveis forças da natureza, como a ideologia dominante induz a crer. Nesse sentido, o risco ambiental é um processo social, contínuo e complexo, desigualmente distribuído, concentrando-se nas populações mais pobres e vulneráveis.

O livro aqui resenhado é uma importante contribuição para um maior conhecimento da dinâmica territorial brasileira e argentina, tão próximas, mas tão pouco conhecidas pela maioria dos estudantes e pesquisadores de cada país. Não obstante, a obra não esgota o tema, e nem tem essa pretensão. A iniciativa dos pesquisadores do DG/USP e do IG/UBA abre, por sua vez, um fértil campo para pesquisas futuras e quem sabe, conjuntas, no campo da Geografia.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arroyo, Mónica & Zusman, Perla. (orgs). *Argentina e Brasil: Possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial*. São Paulo: Humanitas; Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2010.

Bandeira, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: REVAN, 2005.

Fausto, Boris & Devoto, Fernando. *Brasil e Argentina*. São Paulo: Editora 34, 2005.

Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: BOITEMPO Editorial, 2003.

Rapaport, Mario & Madrid, Eduardo. *Argentina y Brasil: de rivales a aliados*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.

Russel, Roberto & Tokatlian, Juan. "Percepções argentinas sobre o Brasil: ambivalências e expectativas". In *Política Externa*, Vol. 20, Set/Out/Nov 2011, p. 43-56.

Sorj, Bernardo & Fausto, Sergio. "O papel do Brasil na América do Sul: estratégias e percepções mútuas". In *Política Externa*, Vol. 20, Set/Out/Nov 2011, p. 11-22.